

HISTÓRICO DAS PESQUISAS DE SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO NO ESTADO DO PARANÁ *

IGOR CHMYZ
Universidade Federal do Paraná

A rigor, todas as pesquisas arqueológicas no Estado do Paraná foram realizadas em ritmo de salvamento. As mais numerosas, para atender sítios atingidos por atividades agrícolas e, em menor número, para os afetados pelo urbanismo e pecuária. Alguns, também, tiveram que ser atendidos após a sua dilapidação parcial ou total por caçadores de tesouros.

Foram sempre abordagens difíceis e onerosas, pois eram ocorrências isoladas em diversos pontos do território paranaense e, às vezes, até no de Estados vizinhos; a solução desses casos, independentemente de quem os provocava, era às custas das instituições ligadas ao então Ministério da Educação e Cultura.

Os salvamentos em áreas amplas foram executadas mais recentemente e quase todos desencadeados pela construção de usinas hidrelétricas. Mais recentemente, ainda, foram os projetos de salvamento custeados, embora precariamente, por quem realizava a obra.

Para que se possa avaliar a gradativa e penosa caminhada na busca das condições ideais que possibilitassem o desempenho do profissional em sua tarefa, os exemplos mais significativos serão expostos adiante. Esta abordagem corresponde a segunda de uma série sobre o tema Arqueologia de Salvamento. A primeira, intitulada "As realidades sociais e políticas da arqueologia de salvamento no Brasil" (CHMYZ, 1986:1), foi preparada para a "Second New World Conference on Rescue Archeology", realizada em 1984, em Dallas, Texas (E.U.A.).

As Pesquisas de Salvamento

Entre as décadas de 30 e 40, José Loureiro FERNANDES (1955:895), o responsável pela implantação da arqueologia no Estado, mostrava-se preocupado com a crescente destruição de sambaquis no litoral, principalmente pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem. Não havia, na ocasião, nenhuma legislação protetora; também não havia pessoal especializado, nem recursos financeiros para a escavação sistemática dos sambaquis mais ameaçados. Conseguia somente, junto aos operários, reunir peças arqueológicas que eram avistadas durante o desmonte daqueles sítios e guardadas como curiosidades.

Assistindo a exploração do sambaqui de Matinhos, que estava localizado ao lado da cidade homônima, percebeu a grande quantidade de restos humanos nele encerrada. Sendo pessoa respeitada nos meios governamentais, Loureiro Fernandes conseguiu que uma pequena porção do sambaqui fosse reservada para que ele pudesse escavar nos horários disponíveis. Vários esqueletos humanos e peças arqueológicas foram assim expostos e observados em relação à estratigrafia do sítio.

A lei estadual que protegeu os sambaquis, reservando-os à pesquisa arqueológica, surgiu apenas em 1951 e resultou da continuidade dos esforços do mesmo Loureiro Fernandes (chmyz, 1968a:68).

Em 1976, o sambaqui de Matinhos, ou o que dele restou, voltou a ser pesquisado em ritmo de salvamento: os alicerces de uma casa em construção no espaço do antigo sambaqui, revelaram uma série de enterros (CHMYZ, CHMYZ e ROMANOWSKI, ms).

O alerta para o problema das grandes áreas ameaçadas por hidrelétricas aconteceu em 1964 quando, ao ser atendido um sítio cerâmico em processo de destruição pelas atividades agrícolas no nordeste do Paraná, uma visita foi feita à Usina Hidrelétrica de Salto Grande, construída na década de 50 sobre o rio Paranapanema (CHMYZ et alii, 1968:18). Um longo período de estiagem havia reduzido o volume do reservatório da usina; percorrido alguns quilômetros das margens excepcionalmente emersas, alguns sítios arqueológicos foram encontrados. Outros foram detectados junto aos movimentos de terra nas proximidades da barragem. Essa constatação levou a uma série de questionamentos, mas também ao firme propósito de se evitar que no futuro outros alagamentos obliterassem páginas da nossa história.

No mesmo ano e como consequência da visita à Usina Hidrelétrica de Salto Grande, do rio Paranapanema, uma viagem foi feita até o local de outra, com o mesmo nome, situada no médio rio Iguçu. Era uma usina em construção pela Companhia Energética Paranaense (COPEL), com o aproveitamento de um salto, sem a formação de reservatório. No espaço da futura praça de transformadores, então sendo terraplanada, foi encontrado um grande sítio arqueológico (CHMYZ, 1968b:40).

Um pequeno projeto de salvamento foi estruturado e desenvolvido no ano seguinte. Conseguiu-se, não sem a colaboração

de pessoas influentes, que a COPEL permitisse o uso do hotel existente ao lado das obras pela equipe e assim mesmo pagando as despesas. A verba necessária foi adiantada pelo antigo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN); a Universidade Federal do Paraná (UFPR) forneceu o veículo. Nessas condições o sítio foi escavado.

Durante a já referida visita feita à Usina Hidrelétrica de Salto Grande, do rio Paranapanema, ficou-se sabendo que a ex-Usinas Elétricas do Paranapanema S.A. (USELPA) estava construindo a Usina Hidrelétrica de Chavantes sobre o mesmo rio, mais à montante; o seu reservatório seria formado principalmente no vale do rio Itararé. No Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) da UFPR, rapidamente foi esquematizado o Projeto de Salvamento Arqueológico do Rio Itararé e encaminhado à DPHAN. O seu diretor, Rodrigo Melo Franco de ANDRADE, conseguiu, graças a sua influência, que o Ministério da Educação e Cultura liberasse em regime de urgência o montante solicitado. As margens dos Estados do Paraná e São Paulo, compreendidas pelo futuro reservatório, puderam então ser pesquisadas entre 1965 e 1968, descobrindo-se nelas 112 sítios.

As dificuldades foram imensas: a única participação da USELPA, foi o empréstimo de um mapa que assinalava a área do reservatório e um barco de madeira, que foi utilizado no trecho da foz do rio Itararé. No Departamento de Geografia, Terras e Colonização, foram obtidos poucos e deficientes mapas dos municípios paranaenses afetados pelo futuro reservatório. O pessoal de apoio, constituído por estagiários do CEPA, não pôde ser mantido durante todo o Projeto. Foi usado um veículo pertencente a outro projeto de pesquisa e um motor de popa do Centro; a utilização deste foi limitadíssima, pois barcos que o suportassem raramente eram encontrados na área para alugar. A rapidez com que o Projeto foi montado, aliado à pouca experiência de trabalho em áreas mais amplas, levaram a somas irrealistas dos vários itens de despesas. Foi preciso que a UFPR dotasse o CEPA de recursos extras para a sua conclusão. A impossibilidade da manutenção de uma equipe permanente no Projeto impediu, também, que o material resultante das pesquisas fosse analisado e interpretado. Se isto tivesse acontecido, certamente esbarcaria em outros problemas: a falta de recursos para a sua publicação. Apenas uma nota prévia, que historia o Projeto e divulga o material dos sítios da foz do rio Itararé, que chegou a ser analisado, foi publicada.

Entre os anos de 1965 e 1970, desenvolveu-se, no Brasil, o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA). No Paraná, as áreas selecionadas pelo Programa coincidiram, algumas vezes, com as de usinas hidrelétricas construídas mais tarde: no rio Paranapanema, com a Usina Hidrelétrica de Capivara, a Usina Hidrelétrica de Taquaruçu e a Usina Hidrelétrica de Rosana; no rio Paraná, com a Usina Hidrelétrica de Itaipu; no rio Iguçu, com a Usina Hidrelétrica de Salto Osório e a Usina Hidrelétrica de Foz do Areia (CHMYZ, 1967:58; 1969:103; 1971:87; 1974:67; 1977).

A metodologia empregada pelo PRONAPA é, em grande parte, a mesma utilizada pelos projetos de salvamento; naquele, os espaços selecionados foram exaustivamente prospeccionados, com o registro de todos os indícios de ocupação humana, pré-históricos ou históricos. Mesmo os sítios perturbados receberam atenção. O que se objetiva é, principalmente, a reconstituição das etapas de sua ocupação, os contatos interétnicos havidos e a relação ambiente-cultura.

No PRONAPA, os pesquisadores eram vinculados a universidades ou museus, tendo alguns recebido auxílio do CNPq através de bolsas. Cada titular contou com um vínculo utilitário e recursos financeiros para aquisição de instrumentos e ferramentas, material de consumo e para contratação de operários, manutenção de equipamento, além de hospedagem em campo. Em certos casos, barcos com motor foram adquiridos.

Outro aspecto importante do PRONAPA foi o da integração dos trabalhos. Reuniões periódicas foram realizadas para apresentação dos resultados obtidos, discussão dos problemas, etc., adotando-se uma terminologia unificada. Resumos das pesquisas foram publicados em todos os anos da sua duração.

Dificuldades existiram, como a impossibilidade da manutenção de uma equipe ligada aos titulares do Programa, os laboratórios deficientes nas universidades e museus, e outros, mas foi o projeto que mais se aproximou do ideal, especialmente quanto à burocracia, que foi muito simplificada.

O Projeto Arqueológico Itaipu, executado entre 1975 e 1983 nas margens brasileiras do rio Paraná, na área da Usina Hidrelétrica de Itaipu, foi um marco na história dos projetos de salvamento no Paraná. Pela primeira vez os trabalhos foram integralmente financiados pelo organismo que implantou o complexo hidrelétrico. Não que os

* Trabalho apresentado no Seminário sobre Arqueologia de Salvamento, durante o I Simpósio de Pré-História do Nordeste, no Recife (PE), entre 30 de março e 3 de abril de 1987, patrocinado pela UFPE, CNPq, SAB e CHESF.

recursos concedidos fossem tão amplos ao ponto de manter integralmente o pessoal vinculado ao Projeto, como seria desejável, mas permitiram a aquisição de veículos, barcos com motor, instrumentos, ferramentas, material de consumo e a manutenção de estagiários, através de bolsas.

Pela primeira vez, também, foi possível utilizar todo o tempo da construção da barragem para os trabalhos arqueológicos; estes começaram quando a Itaipu Binacional implantava a sua infraestrutura: vias de acesso, centros administrativo e executivo, conjuntos residenciais, etc. Nessa área prioritária as pesquisas foram concentradas; posteriormente, durante cem dias por ano, elas prosseguiram pelo restante da área, de forma gradativa.

As negociações para a implantação do Projeto, entretanto, começaram bem antes: em 1972, contatos foram mantidos com a ELETROBRÁS e em 1974 com a recém-criada Itaipu Binacional. O convênio foi assinado no ano seguinte com o então Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Este repassava anualmente os recursos financeiros e fiscalizava a sua aplicação.

A manutenção da equipe no Projeto, apesar das bolsas serem de pequena monta, possibilitou a esquematização das atividades de uma forma racional; os cem dias de campo por ano foram aplicados em etapas espaçadas e os restantes foram utilizados em laboratório para o manuseio do material obtido e a redação dos resultados. Como o pessoal envolvido era constituído por professores e alunos, a sua principal preocupação no Projeto teve que se adequar ao calendário escolar. No campo foram aproveitados os períodos de férias e os de recesso escolar curtos; como o laboratório ficava nas dependências da UFPR, à qual pertenciam os professores e alunos, nele trabalhava a equipe nas horas disponíveis. Este esquema funcionou: foram estudadas centenas de milhares de peças arqueológicas retiradas de 237 sítios pesquisados na área brasileira de Itaipu e os resultados publicados em sete relatórios circunstanciados e dois resumos (P.A.I., 1976; 1977; 1978; 1979; 1980; 1981; 1983; CHMYZ, 1979:195; 1982:5). Peças arqueológicas foram restauradas e um museu foi montado ao lado da barragem. Porém sobrecarregou o coordenador, que tinha que manter freqüentes contatos com a Itaipu Binacional e o IPHAN, cuidar da contabilidade, atuar no campo e laboratório, ultimar o relatório e acompanhar a sua impressão.

O Projeto Arqueológico Itaipu teve, ainda, um subprojeto de história, desenvolvido por outro professor da UFPR, do qual resultou uma monografia (WACHOWICZ, 1982).

O atendimento arqueológico na área da Usina Hidrelétrica de Itaipu ainda prossegue, mesmo com o encerramento do projeto de salvamento. Nas terras da Itaipu Binacional livres do reservatório, obras de engenharia civil continuam sendo executadas, como as do Estaleiro Almirante Tamandaré Ltda. e do Centro de Convenções-Marina, em Guaíra. Nelas, pesquisas arqueológicas estão sendo realizadas.

Paralelamente ao Projeto Arqueológico Itaipu, outros projetos de salvamento foram implantados no Estado do Paraná: entre 1979 e 1980, o Projeto Arqueológico Santiago (P.A.S., 1981), entre 1980 e 1981, o Projeto Arqueológico Foz do Areia (P.A.F.A., ms); e entre 1982 e 1983, a primeira etapa do Projeto Arqueológico Rosana-Taquaruçu (P.A.R.T., 1984), os dois primeiros no médio rio Iguaçu e o último no médio e baixo rio Paranapanema.

O Projeto Arqueológico Santiago, cujas negociações começaram com a Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (ELETROSUL) em 1978, foi iniciado no ano seguinte após a assinatura do convênio com o IPHAN. O esquema de trabalho adotado foi o mesmo do Projeto Arqueológico Itaipu. Como facilidades conseguidas, podem ser arroladas: fornecimento, pela ELETROSUL, de toda a cartografia da área, apoio que passou a ser dado pelas empresas aos projetos desde o de Itaipu, pagamento das despesas de campo, manutenção de estagiários e a publicação do relatório das pesquisas.

O Projeto Arqueológico Foz do Areia resultou de um convênio assinado pela COPEL e a UFPR. Os primeiros contatos com a COPEL datam de 1977, chegando-se a um acordo em fins de 1979. Procurou-se, nesse Projeto, manter o mesmo esquema dos anteriores. Isto só aconteceu em parte devido a excessiva burocracia da Universidade: havia muita lentidão nas decisões. O Projeto era encarado como algo desenvolvido em sala de aula ou, no máximo, no perímetro urbano de Curitiba e não a 400 quilômetros de Curitiba, no meio do mato.

Mais tempo foi dispendido em negociações e na resolução de entraves burocráticos, que na pesquisa de salvamento. Mesmo dividindo a equipe, para se tentar recuperar o tempo perdido, o trabalho teve que ser realizado, no último mês, com as comportas da barragem já fechadas. Prevendo-se essa possibilidade, o extremo mais elevado da área do reservatório foi deixado para o final; o preenchimento, no caso desta usina, foi lento e permitiu as prospecções programadas.

Não houve tempo, porém, para a análise completa do material arqueológico resgatado e a elaboração do relatório circunstancia-

do para publicação. O Projeto, na parte de laboratório, não foi prolongado para que isso acontecesse. As coleções permanecem, limpas e marcadas, em estoque nas dependências do CEPA, privando a comunidade do conhecimento que da sua interpretação adviria. E nunca é demais repetir: uma pesquisa só é completa quando seus resultados são publicados.

Em 1979 começaram os entendimentos com a Companhia Energética de São Paulo (CESP) para a implantação do Projeto Arqueológico Rosana-Taquaruçu, nas áreas paranaenses das Usinas Hidrelétricas de Rosana e Taquaruçu, em construção sobre o rio Paranapanema. Depois de muitas viagens e discussões, a CESP, que a princípio queria apenas dar o apoio logístico aos trabalhos arqueológicos de campo, concordou em financiar todas as despesas de campo e laboratório, inclusive a manutenção de equipe de estagiários. Em 1982 foi assinado o convênio com a Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura, para a execução da primeira etapa do Projeto. Em dois anos foram realizadas prospecções nos canteiros de obras das duas usinas. No final, o relatório pormenorizado foi publicado pela própria CESP, que a priori se recusara, como também a ELETROSUL, no caso do Projeto Arqueológico Santiago, a aceitar o orçamento o montante para a sua impressão.

Em 1984, a ELETROSUL, que estava principiando as obras de construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Grande sobre o rio Paraná, cujo reservatório atingirá extensas áreas dos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, solicitou um estudo de viabilidade para a implantação de um projeto de salvamento. No ano seguinte, a documentação constituída pelos "Subsídios para a implantação do Projeto Arqueológico Ilha Grande, Paraná - Mato Grosso do Sul", "O Projeto Arqueológico Ilha Grande" e a minuta do Convênio, foi encaminhada à ELETROSUL e aprovada. Recursos financeiros chegaram a ser levantados pela ELETROSUL para que, com a assinatura do Convênio, o Projeto se iniciasse imediatamente; mas a obra foi momentaneamente paralisada.

Nesse Projeto tentou-se superar todas as deficiências apresentadas pelos anteriores. Nele, as atividades foram encaradas como qualquer outra profissão, não mais contando com o "empréstimo" de professor de universidade pesquisando nas horas disponíveis do expediente normal e até fora dele. Devido à grande extensão da área de pesquisa e o curto espaço de tempo disponível para a sua execução, entre outras soluções, foram previstas cinco equipes compostas por pesquisadores e estagiários, com a contratação dos primeiros, e a aquisição de veículos, barcos motorizados, instrumental de campo e laboratório, etc. Para acomodar o material arqueológico, a exposição das mais significativas, e a criação de espaços para laboratórios, deverá ser construído um prédio em terreno cedido pela UFPR. Museus regionais, desde que solicitados pelas prefeituras dos municípios abrangidos pela área da futura Usina Hidrelétrica de Ilha Grande, poderão ser mostrados com parte do material resgatado pelo Projeto.

Um Curso de Especialização em Arqueologia de Salvamento foi estruturado pelo CEPA, em colaboração com o Departamento de Antropologia da UFPR para funcionar quando da implantação do Projeto Arqueológico Ilha Grande, inicialmente para o próprio pessoal envolvido e posteriormente para atender aos interessados de outros projetos de salvamento no país.

Para contrastar e quebrar a seqüência das conquistas, surgiu, em 1985, o Projeto Arqueológico Passaúna. Ele foi desenvolvido em uma pequena área (9 km²), no vale do rio Passaúna, um dos tributários do alto rio Iguaçu, situado ao lado de Curitiba. A barragem, em construção, formará um reservatório para o abastecimento da Grande Curitiba. Entendimentos começaram a ocorrer em princípios de 1985 com a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR); esta remeteu as conversações para o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), responsável pelas obras da barragem, e à Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiental (SUREHMA), encarregada dos assuntos ambientais e desapropriações da área do futuro reservatório. Mas somente com a criação da Comissão Coordenadora da Bacia do Rio Passaúna, no âmbito da Secretaria do Interior do Paraná, em setembro do mesmo ano, foi possível a obtenção de resultados concretos; o que se conseguiu, porém, foi insuficiente para a execução dos trabalhos de salvamento.

Nesse meio-tempo, o Projeto Arqueológico Ilha Grande havia sido aprovado pela ELETROSUL. Como seria necessária a arrematamento de, pelo menos, quinze graduados e graduandos com certa experiência de campo para atuação imediata na área daquele Projeto, foi sugerido para a ELETROSUL o uso da área do Passaúna como escola. Acatada a sugestão e injetados por ela recursos financeiros adicionais, o CEPA, em colaboração com o Departamento de Antropologia da UFPE, montou um Curso de Extensão Universitária sobre Técnicas Arqueológicas Aplicáveis à Área de Salvamento. Este Curso foi uma versão simplificada do Curso de Especialização em Arqueologia de Salvamento que o mesmo Centro pretende implantar

junto ao Projeto Arqueológico Ilha Grande. Do Curso de Extensão participaram quinze graduados e graduandos da UFPR, que receberam, de 9 a 22 de dezembro de 1985, em tempo integral, aulas teóricas e práticas na própria área do Projeto Arqueológico Passaúna. Em janeiro e parte de fevereiro do ano seguinte, os trabalhos prosseguiram naquela área com os integrantes do CEPA e alguns estagiários.

Quinze sítios foram encontrados e pesquisados, possibilitando a reconstrução da ocupação pré-histórica e histórica da área ameaçada do rio Passaúna, agrangendo um período de cerca de 2.000 a.C. até meados do século XIX (CHMYZ, CHMYZ e SGANZERLA, 1986:35).

Os recursos financeiros injetados pela ELETROSUL, os mais volumosos, permitiram o pagamento dos instrutores do Curso de Extensão e do material de consumo, especialmente combustível, e o necessário para a documentação fotográfica. A Secretaria do Interior do Paraná forneceu os veículos e a SUREHMA a verba para o fornecimento do lanche aos participantes do Curso e depois para os que concluíram o Projeto, e para alguns itens de material de consumo.

O que se realizou foi apenas o salvamento dos indícios arqueológicos da área. As coleções obtidas permanecem estocadas no CEPA, sem análise e interpretação. Não houve a possibilidade de formação de equipe que continuasse as tarefas de laboratório para a elaboração e publicação de um relatório de pesquisa. Pode-se dizer, sem risco de exagero, que o Projeto Arqueológico Passaúna foi executado para o Governo do Estado do Paraná pelo preço dos sanduíches consumidos pela equipe.

No momento, está em desenvolvimento no Paraná, a segunda fase do Projeto Arqueológico Rosana-Taquaruçu, nas áreas já citadas do rio Paranapanema. Novo Convênio foi assinado pela CESP e pela Fundação da UFPR. Por ter sido a gestão anterior apontada como corrupta, a nova diretoria da Fundação da UFPR, indicada pelo atual Reitor, na escala de 8 a 80 adotou o primeiro referencial no trato dos projetos em andamento ou em implantação, isto é, extremo e exagerado rigor. Neste quadro, as pesquisas de campo que estavam programadas para o segundo semestre de 1986, só foram concretizadas no primeiro semestre de 1987. Uma das usinas hidrelétricas, a de Rosana, estava com as obras da barragem quase prontas; mesmo assim, a área do seu futuro reservatório, que não havia sido pesquisada quando da primeira etapa, poderia ser atendida dentro da atual programação. O que se verificou foi a burocracia novamente desestruturando uma pesquisa científica. As comportas da Usina Hidrelétrica de Rosana foram fechadas no final de 1986; as equipes que lá trabalharam durante janeiro, fevereiro e parte de março, tiveram que se desdobrar para localizar sítios arqueológicos e trabalhá-los enquanto as águas se acumulavam formando o reservatório, e afugentar as cobras que procuravam os terrenos mais elevados. Os burocratas das instituições repassadoras de recursos para os projetos de salvamento arqueológico deveriam, uma vez na vida, participar de uma pesquisa de campo . . .

O avanço conseguido com relação à segunda fase do Projeto Arqueológico Rosana-Taquaruçu, foi a inclusão, no orçamento, de uma bolsa de auxílio-pesquisa, nos moldes do CNPq, para o coordenador e os chefes de equipe. O prazo de conclusão deste Projeto, também, não foi taxativamente estabelecido: o que se previu poderá ser prorrogado se houver necessidade. Um valor estimado foi estabelecido para a sua execução, sendo as atividades divididas em períodos anuais e especificadas através de programas de trabalho.

Considerações Finais

De uma certa forma, a Lei nº 3.924/61, que trata do patrimônio arqueológico brasileiro, embora não prevendo explicitamente o salvamento arqueológico, foi importante para a implantação dos primeiros projetos de salvamento; estes tornaram mais fáceis os seguintes. Mas o ato que agora ampara de forma mais concreta os que se preocupam com os sítios arqueológicos em áreas ameaçadas, originou-se no Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Trata-se da Resolução nº 0001, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, datado de 23 de janeiro de 1986 e que estabelece a necessidade de se estabelecerem as definições e responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da avaliação de impacto ambiental como um dos instrumentos da política nacional de meio ambiente.

Por força da Resolução da CONAMA, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, como usinas hidrelétricas, ferrovias, oleodutos, mineração, etc., dependerá da elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental (RIMA). Dentro de uma nova situação, no Estado do Paraná, estão sendo desenvolvidos estudos de impacto ambiental, inclusive sobre sítios arqueológicos, na área da futura Usina Hidrelétrica de Segredo, no médio rio Iguaçu, situada entre as do Projeto Arqueoló-

gico Santiago e do Projeto Arqueológico Foz do Areia.

Entretanto, muito ainda falta para que os trabalhos de salvamento arqueológico atinjam o amadurecimento desejado. É preciso que as áreas de salvamento sejam abordadas por pesquisadores especializados. Reuniões periódicas entre os seus responsáveis, para apresentação não só de resultados, mas principalmente, dos problemas de metodologia e terminologia enfrentados, com vistas à sua solução, também são necessárias. A publicação dos resultados das pesquisas de salvamento é igualmente imprescindível para que a comunidade deles se beneficie imediatamente.

BIBLIOGRAFIA

- CHMYZ, Igor et alii. Notas sobre a arqueologia do vale do rio Itararé. **Revista do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas**. Curitiba, 1968, 1:31-52.
- CHMYZ, Igor, CHMYZ, João C. G. e GANZERLA, Eliane M. O Projeto Arqueológico Passaúna. Nota Prévia. **Arqueologia, Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas**. Curitiba, 1986, 5:35-42.
- CHMYZ, Igor, CHMYZ, João C. G. e ROMANOWSKI, Eliane M. **Novas contribuições ao estudo do sambaqui de Matinhos**. ms.
- CHMYZ, Igor. Dados parciais sobre a arqueologia do vale do rio Paranapanema. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, 1967, 6:59-73.
- Algumas considerações sobre um programa de prevenção e salvamento de locais arqueológicos e históricos. **Revista do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas**. Curitiba, 1968a, 1:65-71.
- Subsídios para o estudo arqueológico do vale do rio Iguaçu. **Revista do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas**. Curitiba, 1968b, 1:31-52.
- Pesquisas arqueológicas no alto e médio rio Iguaçu. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, 1969, 13:103-132.
- Pesquisas arqueológicas no médio e baixo rio Iguaçu. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, 1971, 15:87-108.
- Dados arqueológicos do baixo rio Paranapanema e do alto rio Paraná. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, 1974, 26:67-90.
- Pesquisas paleontográficas efetuadas no vale do rio Paranapanema, Paraná-São Paulo. **Boletim de Psicologia e Antropologia**. Curitiba, 1977, 5:1-248.
- Investigaciones arqueológicas en la margen izquierda del río Paraná. **Primer Seminario de la Itaipu Binacional sobre Medio Ambiente**. Asunción, 1979, p. 193-206.
- Estado atual das pesquisas arqueológicas na margem esquerda do rio Paraná. Projeto Arqueológico Itaipu. **Estudos Brasileiros**. Curitiba, 1982, 8(13):5-39.
- As realidades sociais e políticas da arqueologia de salvamento no Brasil. **Arqueologia, Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas**. Curitiba, 1986, 5:1-15.
- FERNANDES, José L. Os sepultamentos no sambaqui de Matinhos. In: **Anais do 31º Congresso Internacional de Americanistas**. São Paulo, 1955, 2:579-596.
- P. A. F. A. (Projeto Arqueológico Foz do Areia). **Relatório das pesquisas arqueológicas realizadas na área da Usina Hidrelétrica Foz do Areia (1980/81)**. Convênio COPEL/UFPR, Curitiba, ms. 1982.
- P. A. I. (Projeto Arqueológico Itaipu). **Primeiro relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu (1975/6)**. Convênio Itaipu/Iphan. Curitiba, 1976, 105 p.
- Segundo relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu (1976/7)**. Convênio Itaipu/Iphan. Curitiba, 1977, 150 p.
- Terceiro relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu (1977/8)**. Convênio Itaipu/Iphan. Curitiba, 1978, 141 p.
- Quarto relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu (1978/9)**. Convênio Itaipu/Iphan. Curitiba, 1979, 109 p.
- Quinto relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu (1979/80)**. Convênio Itaipu/Iphan. Curitiba, 1980, 102 p.
- Sexto relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu (1980/81)**. Convênio Itaipu/Iphan. Curitiba, 1981, 93 p.
- Sétimo relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu (1981/2)**. Convênio Itaipu/Iphan. Curitiba, 1983, 106 p.

P. A. R T. (Projeto Arqueológico Rosana-Taquaruçu). **Relatório das pesquisas arqueológicas realizadas nas áreas das Usinas Hidrelétricas de Rosana e Taquaruçu (1982/3)**. Convênio Cesp/Fundação da UFPR. Curitiba/São Paulo, 1984, 81. p.

P. A. S. (Projeto Arqueológico Santiago). **Relatório das pesquisas arqueológicas realizadas na área da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago (1979/80)**. Convênio Eletrosul/Iphan. Florianópolis/Curitiba, 1981, 101 p.

WACHOWICZ, Ruy C. **Obrageros, mensus e colonos. História do Oeste paranaense**. Curitiba, 1982, Ed. Vicentina, 206 p.